

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA  
JOSÉ MARIA BELLO ( 1885-1959 )

José Maria de Albuquerque Bello, literariamente conhecido simplesmente por José Maria Bello, jornalista, historiador, ensaísta e político pernambucano, nasceu num engenho do município de Barreiros, em 1885, e faleceu no Rio de Janeiro em 1959. Fez estudos preparatórios no Recife, mas vindo para o Rio, cursou a Faculdade Livre de Direito da antiga Capital Federal, bacharelando-se em 1911. Ocupou, desde os tempos de estudante, os cargos de redator e bibliotecário da Câmara dos Deputados. Atraído pela política, foi deputado e senador federal pelo seu Estado e presidente eleito para o quadriênio 1930/1934, não chegando, contudo, a tomar posse em virtude da Revolução que eclodiu em outubro de 1930 e pôs fim à chamada Primeira República. Interrompida, assim, sua carreira política, passou a dedicar-se ao jornalismo e ao magistério e foi Procurador da Prefeitura do antigo Distrito Federal. Com a tese **Noção filosófica e social do Direito**, prestou concurso para a Faculdade Nacional de Direito em 1933. Desempenhou as funções de adido à Embaixada do Brasil na Conferência de Versalhes, em 1919 e participou das delegações do Congresso Nacional às Conferências Parlamentares do Comércio em Roma ( 1925 ), no Rio de Janeiro ( 1926 ) e Berlim ( 1929 ).

Sempre interessado nos problemas da cultura, sobretudo os literários e sociais, deixou numerosa obra de análise e crítica, que se insere entre os melhores títulos de nossa bibliografia. O jornal foi o seu grande campo de atividade cultural e alguns de seus livros foram, antes, publicados na imprensa periódica. Nas letras históricas, voltou sua atenção especialmente para o período republicano, sendo dos primeiros a tratar dessa importante época de nossa história. Com efeito, sua **História da República**, cuja primeira edição data de 1940, foi um livro pioneiro, pois poucos naquela época animavam-se a estudá-la. Reconhecendo as dificuldades que seu livro implicou; escreveu no prefácio: “É um tanto temerário escrever a história de um regime que mal completa meio século de existência. Falta-nos perspectiva; a pátina do tempo ainda não pôde dar aos fatos este vago tom de poesia, que melancoliza e embeleza as cousas e as figuras, até as cousas banais e as figuras medíocres, dos passados distantes. Monótona parece-nos a paisagem da história brasileira; raramente se elevam da bitola comum os honestos e equilibrados elementos que nela se

agitam. Por isto mesmo, nos primórdios da República, adquire relevo especial a personalidade, psicologicamente bem mais rica, do dúplice e disfarçado Floriano Peixoto. Estudando a história do Brasil no período republicano, continuo a tarefa que me tracei de bem compreender a vida do meu país. Sob tal prisma, o livro atual completa outros, já publicados. Hoje como ontem, esforço-me por ser sincero e objetivo, esquecendo as minhas possíveis paixões, aversões e simpatias, e tendendo sempre, no julgamento dos homens, à benevolência, que é uma das raras lições colhidas no trato de uma vida já bem vivida, e numa época de tão trágicas surpresas e tão brutais ameaças”.

A primeira edição de sua **História da República** compreendia apenas o início do regime, até o governo de Campos Sales. Reviu e ampliou a obra para novas edições, a segunda em 1952 e a terceira ( definitiva ) em 1956. Nesta última, sua análise prolongou-se até 1954 e o livro traz como subtítulo: “Síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira”. A obra pioneira de José Maria Bello inspirou, ou melhor, abriu caminho para numerosas outras, avolumando-se consideravelmente a bibliografia em torno do período republicano e, inclusive, estudando-o à luz de outros aspectos não considerados pelo ensaísta pernambucano, cuja obra enfoca o período quase que exclusivamente pela visão política, pois, como se viu, ele próprio fora político militante.

Outra de suas obras de muito interesse para a historiografia brasileira é **Inteligência do Brasil**, publicada em 1935, como volume 41 da prestigiosa coleção “Brasíliana”, e que teve uma reedição em 1938. Não se trata de obra original. Para compô-la, o autor aproveitou extratos de obras anteriormente publicadas, reunindo ensaios sobre Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa e Euclides da Cunha, completando o volume com um bem elaborado resumo da evolução literária do Brasil. Infelizmente desapareceu do catálogo da editora após a edição de 1938. Agora, que a Companhia Editora Nacional está reeditando inúmeros títulos da “Brasíliana”, seria de muita utilidade se **Inteligência do Brasil** fosse incluída nesse programa de reedições.

A bibliografia de José Maria Bello, afora o muito que ficou esparsa pelos vários jornais e revistas em que colaborou, compreende:

“Estudos críticos”. Rio de Janeiro, Jacinto, 1917.

“Novos estudos críticos”. Rio de Janeiro, Revista dos Tribunais, 1917.

“Ensaios políticos e literários”. Rio de Janeiro, Castilho, 1918.

“À margem dos livros”. Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, 1922.

“Os exilados” (única incursão nos domínios da ficção). Rio de Janeiro, 1927.

“A noção filosófica e social do direito” (tese de concurso). Rio de Janeiro, Ariel, 1933.

“Inteligência do Brasil”. São Paulo, Editora Nacional, 1935 (Coleção “Brasileira”, vol. 41).

“Imagens de ontem e de hoje”. Rio de Janeiro, Ariel, 1936.

“Panorama do Brasil”. Rio de Janeiro, José Olympio, 1936.

“Democracia e Antidemocracia”. Rio de Janeiro, A Noite, 1936.

“A questão social e a solução brasileira”. Rio, Imprensa Nacional, 1936.

“História da República”. Rio, Civilização Brasileira, 1940; Segunda edição, Organização Simões, 1952; terceira edição, São Paulo, Editora Nacional, 1956.

“Retrato de Eça de Queirós”. Rio de Janeiro, Agir, 1945.

“Retrato de Machado de Assis”. Rio de Janeiro, A Noite, 1952.

\*  
\*   \*   \*

## RABISCOS DE UM ESCRIVINADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista às sextas-feiras, no **Correio Popular** de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica indicam-se as datas em que foram publicadas).

### 20. REQUIEM PARA AQUELES A QUEM AMAMOS

Embora tenha tomado para estas notas o título de uma das maiores obras da música deste século — a que Hindemith compôs sobre o poema de Whitmann dedicado à memória de Lincoln — não é dela que vou tratar. Peço permissão para generalizar o título, vendo réquiems “para aqueles a quem nós amamos” numa infinidade de obras musicais que começaram a surgir após o advento da polifonia. Colocaria entre elas as numerosas missas de requiem da liturgia católica, bem como algumas das cantatas chamadas fúnebres de João Sebastião Bach, notadamente, a **Trauerode**, de número 198, que costumo ouvir religiosamente neste

dia consagrado aos que já se foram desta vida, notadamente àqueles a quem amávamos. Colocaria entre elas, igualmente, o “Requiem alemão”, de Brahms, sobre o qual já escrevi longamente neste jornal, bem como as obras de Penderecki escritas em memória das vítimas dos campos de concentração da Segunda Guerra Mundial. E não poderia esquecer o **War Requiem** de Britten ou a nietzcheniana **Missa da Vida**, de Delius. E poria ainda algumas outras obras, que nada têm de fúnebres, mas nos fazem pensar naqueles a quem nós amamos: a cena final do **Parsifal**, quando Anfortas descobre o cálice e a luz celestial inunda a sala onde se encontram os cavaleiros do Graal, numa mensagem de paz e de fraternidade; o momento derradeiro do **Tannhäuser**, quando os dois peregrinos entram com um galho seco no qual milagrosamente brotaram algumas folhinhas verdes, como símbolo da redenção pelo amor; as palavras finais da “Ode à Alegria”, de Schiller, que Beethoven utilizou para o último movimento de sua nona sinfonia; a última cena do **Mefistofeles**, quando, ao mesmo tempo em que o demônio é arrastado para as profundezas do mundo dos mortos, a alma de Margarida eleva-se aos céus numa chuva de rosas . . .

Enfim, seria um nunca acabar se procurasse no vasto reino da música elementos de refrigério da alma e que tão bem fariam se pudéssemos a todos ouvir não apenas no dia de hoje, consagrado à lembrança dos mortos, mas em todos os momentos de angústia — e quem não os tem? —, sentimento que parece ser a dominante no homem escravizado pela técnica que ele mesmo criou, e — mais grave ainda — sem a menor perspectiva de melhora para os dias vindouros. Alguém já denominou nosso século de o “século da angústia”. A todo instante psicólogos, sociólogos ou outros que lidam com as ciências do comportamento humano reúnem-se para a discussão dos graves problemas que afligem o homem de nossa época. E é claro que não chegam a conclusão alguma ou, melhor dizendo, as conclusões a que chegam são quase sempre inexequíveis dentro do sistema em que vivemos. E o homem continua a fazer o papel do aprendiz de feiticeiro, da famosa balada de Goethe, o pobre feiticeiro que aprendeu o segredo para desencadear as forças poderosas da natureza, mas deixou de aprender o segredo para detê-las na hora necessária e conseqüentemente acabou esmagado por elas. Ou então a fazer o papel do homem que vendeu a própria sombra, da não menos famosa novela de Chamisso. Estamos bem próximos do ano de 1984. Recomendo aos leitores que leiam — ou releiam, se for o caso — o célebre livro de George Orwell e constatemos que estamos muito mais perto dele do que pensamos. ( 2-11-1979 ).

## 21. NOVENTA ANOS DE REPÚBLICA

Certa vez recebi de Sérgio Buarque de Holanda, com quem tinha a honra de trabalhar no Departamento de História da Universidade de São Paulo, a incumbência de ministrar um curso sobre o que ele denominava “a desintegração da ordem monárquica” assunto bem de sua predileção, sobre o qual, aliás, escreveu magnífico livro, mas que, não sei por qual razão, entendeu naquele ano de atribuir ao seu modesto colaborador em vez de ele próprio ministrá-lo. Fiquei a pensar que da “desintegração da ordem monárquica” para a República o passo foi muito pequeno e eu talvez tivesse condições de percorrê-lo, embora isto causasse estranheza aos meus preclaros colegas de Departamento. De fato, era a primeira vez que algum professor se arriscava a ministrar um curso sobre o período republicano naquele alto instituto universitário. Os cursos ali ministrados versavam quase que só sobre o período colonial, e quando tratavam do Brasil independente, mal passavam de meados do século passado. Julgava-se que a República, próxima demais, não oferecia ainda condições para uma análise e invocava-se, para tal escusa, a clássica idéia levantada pela historiografia alemã, da “perspectiva do tempo”, importantíssima, sem dúvida, mas não exclusiva para a compreensão da História. Falta-va bibliografia. A única **História da República** então existente, a de José Maria Bello, limitava-se ao aspecto político e, ainda assim, considerada deficiente. Assim sendo, tive de “montar” o curso na base das fontes para o estudo do que poderia ser, embrionariamente, o pensamento republicano.

Bem ou mal, o curso foi dado. E teve o mérito de abrir caminho. Hoje, quem examinar no mesmo Departamento os painéis onde se afixa a relação dos cursos ministrados, constatará uma esmagadora predominância de temas sobre a República. Assim também nos cursos de pós-graduação e na escolha de assuntos para as monografias e teses exigidas pela carreira universitária. Acabou-se indo para o extremo oposto, desprezando-se o período colonial e o Império, deixados para os “brazilianists” americanos que a todo instante publicam livro sobre nossa história e alguns inegavelmente bons.

Hoje, evidentemente, a situação é bem outra com relação às fontes para a história do período republicano. Um só autor, como Edgard Carone, já publicou dez volumes alternando textos com análises. E Sérgio Buarque de Holanda, que não se animou a prosseguir até à República sua grande **História Geral da Civilização Brasileira**, interrompendo-a justamente na já mencionada “desagregação da ordem monárquica”, encontrou em Bóris Fausto um continuador que já promoveu a publicação de mais dois volumes, que provavelmente não serão os únicos, da importante coleção. E se as universidades brasileiras cuidassem de publicar as teses que elas obrigam seus docentes a elaborar, muito se avolumaria a bibliografia

relativa à República, pois os assuntos que lhe dizem respeito predominam na escolha por parte da nova geração de historiadores e professores de História. Seria bom, neste ano em que se comemora o nonagésimo aniversário da implantação do regime, e daqui até o centenário, se procedesse a uma revisão “ampla, geral e irrestrita” na historiografia de tão importante período de nossa história, para que dela se possa fazer, quando da efeméride centenária, um balanço sistemático e científico, dentro do que exige a moderna historiografia ( 23-11-1979 ).

\*

## 22. GIGANTES OU SUPER-HOMENS ?

Talvez seja a mesma coisa. Talvez super-homem seja até mais do que gigante. Se questiono o problema é tão-só por uma questão de fidelidade ao texto original e que me foi sugerida pela leitura de uma recente tradução da **Viagem à Província de São Paulo**, de Saint-Hilaire. O grande botânico conheceu como poucos a nossa história, como o demonstrou nos magníficos esboços históricos que traçou ao iniciar cada um dos volumes de suas viagens. Eis porque tem sido, e com razão, considerado um dos grandes vultos da historiografia brasileira. Estudando a história de São Paulo, impressionou-se com o movimento das bandeiras que, para ele só teria explicação se os paulistas pertencessem a uma raça de gigantes. Eis o texto onde se insere a expressão que tanto nos enche de orgulho: “Quando se sabe, por experiência própria, quantas fadigas, privações, perigos ainda hoje ( Saint-Hilaire escrevia em 1819 ) aguardam o viandante que se aventura nessas longínquas regiões e se toma conhecimento do itinerário das intermináveis excursões dos antigos paulistas, sente-se uma espécie de assombro, tem-se a impressão de que esses homens pertenciam a uma raça de gigantes”.

A tradução, que não é minha, está bem fiel ao texto original: “on est saisi d'une sorte de stupéfaction; on serait tenté de croire que ces hommes appartenaient à une race de géants”. De fato, não se poderia traduzir o “race de géants” senão por “raça de gigantes”. Mas a vontade de ser diferente — e só isto, pois nada mais o justificaria — levou a tradutora da nova edição da obra de Saint-Hilaire a traduzir o “race de géants” por “raça de super-homens”, desprezando uma tradução consagrada há mais de um século, transcrita em centenas de páginas sobre a história de São Paulo e que serviu, até, para titular um dos livros mais importantes de nossa bibliografia histórica. Com efeito, a página de Saint-Hilaire ( e não apenas a frase que transcrevi ) tornou-se antológica pela sua concisão, precisão e

exatidão, qualidades bem suas e que demonstrou de sobra nos nove volumes de suas andanças pelo Brasil há mais de cento e cinquenta anos.

É certo que a variante da tradução não altera nem prejudica o sentido. Prejudica apenas a fidelidade ao texto. Para nós, paulistas, tanto faz vermos em nossos maiores uma “raça de gigantes” ou de “super-homens”. Como disse de início, talvez super-homens seja até mais que gigantes. Mas qual o paulista que já não se havia habituado com o honroso epíteto com que nos dignificou o grande viajante? E, além do mais, qual a vantagem de alterar uma tradução já consagrada, se o nosso “gigante” traduz perfeitamente o “géant” francês? A resposta só pode ser: nenhuma, a não ser, como já se disse, a vontade de ser diferente. (30-11-1979.)

\*

### 23. “VETRATE DI CHIESA”

Permitam-me os leitores deixar no original italiano o título do belíssimo poema sinfônico de Ottorino Respighi inspirado em vitrais de igrejas italianas. Já me referi a ele em nota publicada neste mesmo local há alguns meses, quando sugeri que nossa Orquestra Sinfônica não deixasse em branco o transcurso do centenário do grande compositor italiano, certamente o maior deste século. Respighi soube como poucos trabalhar a forma do poema sinfônico. Forma difícil, pois que inspirada em temas definidos (inclusive literários), dispensando, contudo, a participação vocal. No caso de Liszt, praticamente o criador da forma, os temas literários alternam-se com os históricos e os mitológicos. Já Smetana, o grande mestre tcheco, preferiu inspirar-se na história e na geografia de seu país, produzindo o maravilhoso painel de **Minha Pátria**, no qual adquiriu destaque especial, e por diversas razões, o **Moldava**, o rio histórico da Tchecoslováquia. Respighi, escrevi em nota anterior, inspirou-se na sua velha Roma para produzir **As fontes de Roma**, **Os pinheiros de Roma** e **Festas romanas**, que formam um trático de primeira água na história da música universal. Já para **Vitrais de Igreja**, preferiu tema artístico, ao mesmo tempo que místico-religioso. De fato, daria uma obra maravilhosa se alguém se propusesse a escrever sobre o interesse artístico, histórico e religioso dos vitrais de igreja, desde os tempos de Bizâncio, que foi quando, provavelmente, apareceram pela primeira vez. A Igreja do Oriente sempre teve uma acentuada preocupação de embelezar o culto, seja através da música ou da arte em geral. A do Ocidente, ao contrário, relutou muito em aceitar a ornamentação oriental, mas acabou aceitando, a começar pelos vitrais que, a partir da Idade Média, tornaram-se elementos imprescindíveis nas construções religiosas. Vitrais que contam histórias, tecem alegorias, evocam lendas, visualizam figuras e passagens bíblicas ou das vidas dos santos, dos mártires e dos heróis da fé.

Para seus **Vetrata di Chiesa**, Respighi escolheu quatro temas admiravelmente trabalhados, com a mestria que lhe era característica: 1. A Fuga para o Egito ( “A pequena caravana prosseguia através do deserto, na noite estrelada, levando o Tesouro do Mundo” ); 2. São Miguel, o Arcanjo ( “E travou-se no céu uma grande batalha: Miguel e seus anjos bateram-se com o dragão e o venceram, pelo que não houve mais lugar para ele no céu” ); 3. A oração matinal de Santa Clara ( “Porém, Jesus, seu noivo, não querendo deixá-la desconsolada, fê-la transportar milagrosamente pelos anjos para a Igreja de São Francisco, onde se encarregou de todo o serviço matinal” ); 4. São Gregório Magno ( “Contemplai o Pontífice ! abençoai-o, Senhor ! cantai o hino a Deus, Aleleuia !” ).

Poucas obras orquestrais tenho ouvido, de tão perfeita adequação aos motivos que lhes serviram de inspiração, especialmente no último deles, em que o compositor emprega temas gregorianos. Só não entendo a razão de **Vitrais de Igreja** nunca ter merecido o favor do público. É o menos divulgado dos poemas sinfônicos de Respighi. Dele só se conhecem duas gravações, enquanto que se contam às dezenas as de **As Fontes de Roma** e de **Os Pinheiros de Roma** ( 21-12-1979 ).

\*

#### 24. O “RAMAL FÉRREO” E A “FUNILENSE”

Simpático editorial publicado há pouco por um dos grandes órgãos da imprensa paulistana sobre o nosso antigo Ramal Férreo Campineiro foi seriamente comprometido por informações totalmente errôneas fornecidas por um cidadão, cujo nome vem mencionado, mas que se revelou de uma ignorância total não só de nossa história ferroviária, como da história de nossa cidade. A tese central do editorial é válida e oportuna por criticar a desativação impensada de uma ferrovia que, se devidamente reaparelhada em vez de arrancada, estaria hoje produzindo os melhores resultados.

“Trata-se” – diz o editorial – “do antigo Ramal Férreo Campineiro, mas conhecido como Funilense”. Não. São duas cousas diferentes. O Ramal Férreo é uma estrada, a Funilense é outra. Tratei demoradamente das duas em meu livro **Café e Ferrovias**, como delas trataram todos os que têm escrito sobre a história de Campinas. É inadmissível, pois, a confusão. O **Ramal Férreo**, como observou o editorial, punha Campinas em ligação com o velho Arraial dos Sousas ( atualmente apenas Sousas ) e com as velhas fazendas da região de Cabras. O povo pitorescamente apelidou-o de **Cabrita**. Teve como idealizador Antônio Pompeu ( cujo nome se

encontra numa das praças de nossa cidade ) e foi inaugurado a 20 de setembro de 1894. Posteriormente foi adquirida pela Companhia de Carros Elétricos de Campinas ( origem da futura Companhia Campineira de Tração, Luz e Força, chamada pelo povo simplesmente de **Tração** ) e transformada numa linha de bondes, que tinha seu ponto inicial na própria estação da Paulista. Como linha de bondes funcionou até sua extinção, há mais de vinte anos.

Já a **Funilense** destinava-se a ligar Campinas à fazenda e depois bairro do Funil, e atual cidade de Cosmópolis. De Funil, veio o seu nome, nada tendo a ver, pois, com as “peculiaridades do seu traçado”, como diz o editorial do jornal paulistano. Foi fundada em 1890, incorporada por diversos fazendeiros da região doravante conhecida por Funilense, entre eles os Nogueiras ( José Paulino, José Guatemozin e Artur ), João Aranha, o Barão Geraldo de Rezende. Dificuldades várias retardaram sua construção, de modo que ela só pôde ser inaugurada em 18 de setembro de 1899, “servindo uma das zonas cafeeiras mais importantes de nosso município”, segundo proclamava um guia de Campinas do início do século, e acrescentando que “esta via férrea é uma das mais interessantes já pelo terreno pouco acidentado que percorre, já pelos sertões que começa a atravessar a duas léguas da cidade, até quase o ponto final”.

A municipalidade de Campinas concedeu à **Funilense** grandes facilidades para que ela pudesse ser levada avante, inclusive permitindo que sua estação inicial se localizasse junto ao mercado da cidade, então em construção, e onde permaneceu até ser incorporada pela Sorocabana, que transferiu a estação inicial para o Bonfim. O curioso é que, mesmo depois de adquirida pela Sorocabana, a antiga Funilense continuou sendo chamada de **Ramal Funilense** ( da Sorocabana ), como se viam nos quadros de horários afixados nas estações ou nas indicações do famoso **Guia Levi**. Em lembrança da velha e saudosa ferrovia campineira ( que em vez de desativada deveria, tal como o **Ramal Férreo**, ter sido reaparelhada ), propus o seu nome para uma rua da Vila Nova, que era percorrida em quase toda a sua extensão pelos seus trilhos. E lá se pode ler nas placas **Rua Funilense**, e sob o nome, especificado, “Antiga Ferrovia”.

Poucas cidades do Brasil têm uma história ferroviária tão interessante quanto a de Campinas. Para que prejudicá-la com informações errôneas e fora de propósito ? ( 4-1-1980 ).